

Sessão de entrega do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – 2007

José Viriato Capela

Promovemos hoje, como é usual no fim de cada ano, a entrega em sessão pública do Prémio de História Contemporânea – Victor de Sá na sua 16.ª edição, ano de 2007.

Agradecemos também mais uma vez nesta circunstância às entidades que vêm co-financiando este Prémio: Governo Civil de Braga, Câmaras Municipais de Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão, Fundação Eugénio de Almeida e Fundação Cupertino de Miranda.

Cumprimentamos também a Ex.ª Dr.ª Eugénia Aguiar Branco em representação da Fundação Eugénio de Almeida; Dr. Artur Sá da Costa em representação da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, assim como a todos os presentes, cuja presença nesta cerimónia agradecemos.

Esta sessão pública de entrega do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea, desenvolve-se este ano perante duas circunstâncias que não quero deixar de evocar aqui e agora.

A primeira, é o facto de não podermos contar entre nós, hoje, com a presença física do Prof. Lúcio Craveiro da Silva que por muitos anos presidiu ao Conselho Cultural da Universidade do Minho e sempre esteve presente e presidia na ausência do Sr. Reitor ou seu representante a esta sessão.

Esta é naturalmente uma cerimónia que sem a sua presença e palavra perde muita da luz e sabedoria com que ele iluminava e esclarecia sempre que estava presente e presidia aos trabalhos e às sessões do Conselho Cultural, das suas Unidades Culturais e em todos os actos em que estava presente. E ele era uma presença assídua em todos os actos culturais da Universidade e da nossa cidade.

Não poderíamos deixar de evocar nesta circunstância o Prof. Lúcio Craveiro, ele que nunca regateou o seu contributo para que o Conselho Cultural fosse um órgão vivo e activo no seio da Universidade, articulando o trabalho das diferentes Unidades Culturais, exprimindo a pulsação cultural da vida académica e universitária, mas também interagindo com as propostas e solicitações culturais da região onde a Universidade se insere.

Ao Prof. Lúcio Craveiro devemos o enorme activo acumulado pelo Conselho Cultural que nos esforçaremos por conservar e valorizar para que por ele as Unidades Culturais continuem a constituir um Forum Cultural da Universidade, contribuam para definir a sua personalidade e continue a ser como gostava de sublinhar o Prof. Lúcio, um caso singular, de referência que individualiza e singulariza a nossa Universidade face às Universidades portuguesas e estrangeiras.

Na reunião do Conselho Cultural última de 11 de Dezembro de 2007 foi decidido que todas as actividades realizadas ao longo do ano de 2008 pelo Conselho Cultural e suas Unidades se fizessem sob a égide da figura do Prof. Lúcio Craveiro da Silva. É este também o sentido da evocação do Prof. Lúcio nesta sessão, a que ele presidiria, se fosse vivo com a força do seu empenho, a cultura, a inteligência, a bondade e a grandeza da sua alma e espírito que colocava em todas as actividades do Conselho Cultural.

Agora que se inicia a discussão dos futuros Estatutos da Universidade do Minho fazemos votos para que os seus "constituintes" neles fixem bem o lugar das

Unidades Culturais e do Conselho Cultural, no respeito pelo papel que têm desempenhado na Universidade, reforçando aquelas bases e princípios em que tem assentado o papel relevante que vêm desempenhando na Universidade e também na Sociedade Bracarense e Cultura Portuguesa, pelos quais se bateu o Prof. Lúcio, a saber:

- 1 – A autonomia institucional e estatutária às Unidades Culturais e meios para a sua acção;
- 2 – A activa colaboração e articulação das Unidades Culturais aos demais órgãos da Universidade, em especial com as unidades científico-pedagógicas e às Escolas mais afins;
- 3 – A acção do Conselho Cultural como órgão de coordenação das diferentes Unidades Culturais entre si para dimensionar projectos e capacidades de respostas às solicitações internas da Universidade – enquanto órgão de Consulta do Reitor – e externa da Sociedade e suas instituições culturais.

É este também o enorme legado que o Prof. Lúcio deixou à Universidade. Ele acreditava profundamente no papel das suas Unidades Culturais e do Conselho Cultural e queria deles fazer uma consciência crítica e agentes culturais activos e autónomos.

A segunda circunstância que hoje está presente tem a ver com a atribuição do Prémio Pessoa 2007 a uma investigadora da História Contemporânea, à Doutora Irene F. Pimentel com trabalhos sobre *As organizações Femininas do Estado Novo*; *Os Judeus em Portugal na 2.ª Guerra Mundial: A Mocidade Portuguesa Feminina*; *A história da PIDE*.

Não poderíamos deixar de evocar este facto, pelo elevado significado que tem este Prémio na Sociedade Portuguesa e por este ano distinguir uma investigadora da História Contemporânea Portuguesa. É certamente um reconhecimento de um percurso particular de uma investigadora, mas é também seguramente o dos avanços da Historiografia da História Contemporânea Portuguesa, nos últimos anos.

De certo modo sentimo-nos também premiados e abrangidos por esta distinção. 1.º na figura do primeiro instituidor deste Prémio, Victor de Sá, que por ele se

propunha desenvolver, entre os jovens, os estudos e as investigações da História Contemporânea; é significativo que a vencedora tenha dedicado este prémio aos jovens investigadores; 2.º no papel do Conselho Cultural a que associo os patrocinadores do Prémio que tem promovido anualmente a sua escolha e a sua entrega e a sua publicitação. Com o seu contributo este nosso Prémio tem inegavelmente vindo a servir de estímulo de um ramo de conhecimento que só ganha maior desenvolvimento em Portugal depois de 1974. E que é um domínio de conhecimento essencial à formação cívica e política do Homem Contemporâneo, mas também à investigação histórica em geral, porque toda a História deve ser continuamente lida e escrita à luz do Presente.

O Prémio Victor de Sá de História Contemporânea tem sido, como temos vindo a sublinhar, uma excelente montra do que melhor se vem produzindo na Historiografia Contemporânea Portuguesa. Ele tem sido um inegável estímulo à investigação da História Contemporânea Portuguesa. A escolha do(s) premiado(s) é feita com o concurso de professores nomeados pelos Conselhos Científicos das Universidades Portuguesas. Por isso ele tem também ganho grande reputação e interesse nas Universidades Portuguesas.

Pensamos que os Prémios continuam a ser importantes estímulos à produção, à investigação, ao confronto, à selecção e à proclamação do que melhor se faz. E como tal deve ser estimulado. Notamos que na recente avaliação externa à Universidade do Minho foi reconhecido o recurso a Prémios como modo de estimular e sublinhar a qualidade e a excelência.

Sobre os concorrentes à 16.ª Edição do Prémio

Farei como, de costume uma breve apresentação das obras a concurso, respigando tão só os títulos e principais contributos e avanços destes trabalhos concorrentes.

Para dizer, primeiro, mais uma vez, que como tem sido a regra, tem sido praticamente só trabalhos universitários que tem concorrido ao Prémio História Contemporânea. São em geral, teses de Mestrado e também Doutoramento,

defendidas quasi sempre no ano imediato, nas Universidades Portuguesas. Os concorrentes, uns são docentes universitários, ou de outras instituições de ensino, outros jovens investigadores (como mandam as regras do concurso).

Ao Prémio concorreram na presente edição 8 trabalhos (dois já editados). São todos trabalhos académicos: 7 teses de Mestrado (no original ou com formulações para edição); um trabalho curricular conducente à preparação para Tese de Mestrado.

O júri por mim presidido integrou mais 2 professores da especialidade, o Prof. António Ventura da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e o Prof. Rui Cascão da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Que por unanimidade atribui o **Prémio** ao trabalho de José António Ribeiro de Carvalho – **Os Jesuítas em vésperas da I República: o “Novo Mensageiro do Coração de Jesus” (1881-1910)**.

Trata-se de um trabalho de largo fôlego levado a cabo pelo seu autor que é Licenciado e Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Trata-se de uma investigação que se centra em particular nos tempos que antecedem a implantação da República em Portugal, que como é sabido, são tempos difíceis para os Jesuítas, para o Jesuitismo e para a própria igreja em rota de colisão e afastamento com os novos ideários oitocentistas e republicanos portugueses.

Este afrontamento – que poucas vezes se exprime em debates serenos – é aqui seguido, criticamente, a partir da análise do conteúdo do *Novo Mensageiro do Coração de Jesus*, órgão religioso e doutrinário dos Jesuítas, com muita leitura e divulgação nos meios católicos, órgão de grande relevância política de acção católica para a apologia de intervenção social-católica, da Missionação, do Jesuitismo e do Congregacionismo. Aí é fixada a perspectiva oficial da Companhia que em grande parte conduz a da Igreja Portuguesa. E também por onde passa a condenação às doutrinas modernas, a Revolução, o Liberalismo, o Socialismo, a Maçonaria e Republicanismo.

Este estudo é acompanhado de um extenso aparato crítico e bibliográfico que dá grande consistência científica ao trabalho e permite de um modo mais sereno seguir os termos dos debates, as suas bases político-doutrinárias.

O júri decidiu também premiar com uma **menção honrosa**, o trabalho de Rui Manuel Pinto Costa – *O poder médico e o poder político. A afirmação da classe médica em Portugal do pós-guerra a 1974*. Trata-se de uma Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É uma análise das condições e factores que assistem à afirmação do poder institucional e político da classe médica no pós-guerra até 1974. A partir do relevo das 1) incorporações tecnológicas ligadas à implementação das novas políticas de saúde; 2) da génese do sistema de protecção social e o novo papel do Estado com a criação do Ministério da Saúde e Assistência em Portugal. 3) e em correlação com tal a estruturação de profissão e poder da classe médica, com a criação da Ordem dos Médicos, a reorganização hospitalar e a criação das carreiras médicas (anos 60 e 70). Então, os médicos volver-se-ão como os “actores” privilegiados das políticas de saúde e do meio hospitalar. Este trabalho é uma contribuição central para o conhecimento da génese do Estado Providência em Portugal no pós-guerra, termos da sua implantação no contexto dos países europeus e génese do Serviço Nacional de Saúde no pré 25 de Abril. Mas também para o conhecimento da acção dos médicos e em particular da Ordem dos Médicos, como importante instrumento de organização e promoção social e política da classe e transformadora das estruturas da Saúde.

Demais trabalhos

Tiago Roma Fernandes – *Nem Ditadura nem Revolução. A Ala Liberal e o Marcelismo (1968-1974)* – Publicações Dom Quixote e Assembleia da República, 2006.

Versão revista da tese de Mestrado em Economia e Sociologia Histórica apresentada em 1999 na Faculdade Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Estudo sobre o novo agrupamento político, conhecido por Ala Liberal, constituído por deputados à X Legislatura da Assembleia Nacional (1969-1973). O grupo configura o que o autor denomina «semi-oposição democrática de um regime autoritário, no sentido em que é constituído por políticos do regime autoritário que utilizam a sua posição no interior do regime e os recursos por ele

disponibilizados para proceder a uma abolição do próprio regime». Implantam-se entre 1969-1974 a Ala Liberal. «Participa em colóquios e associações, estabelece alianças com sectores militares, da oposição e governo, e adquire capacidade de mobilização política de população e notoriedade pública. Contudo o seu projecto político fracassa». Estuda as causas deste fracasso, em grande parte, assente no objectivo de promover a democratização do regime, a partir do seio do próprio Regime.

Sofia de Sousa Teives Henriques – *Os consumos domésticos de energia em Portugal*. Dissertação para o grau de Mestre no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa 2006.

Análise para 4 períodos do impacto da Revolução Industrial: até à 1.ª Guerra Mundial, I e II Guerra Mundial; e décadas de 1950/60. Passando em análise os consumos domésticos energéticos de lenha, carvão, petróleo e electricidade, conclui que «transição para o uso de combustíveis modernos e eficientes não é um processo uniforme. Foi vagarosa e inexistente em alguns casos, rápida noutros e experienciou alguns retrocessos em certos momentos da História. A ideia que o consumo de combustíveis tradicionais tenderá a desaparecer à medida que os combustíveis modernos são adoptados foi refutada no caso dos agregados domésticos portugueses» (da Conclusão).

Joana Damasceno Marques de Oliveira – *Museus para o Povo Português. A Etnografia como elemento unificador do discurso museológico do Estado Novo*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007.

Dissertação de Mestrado na área de História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O estudo fixa-se em especial no Museu de Arte Popular, Projecto de António Ferro que surge na sequência da Exposição do Mundo Português (1940) e nos Museus das Casas do Povo e Casas dos Pescadores (1933). E finalmente no Museu Regional, Etnográfico da Póvoa de Varzim ligado à figura de António dos Santos Graça e à I Exposição Regional de Pesca Marítima, em 1936.

O objectivo inicial do estudo abrangente dos Museus do Estado Novo, fixa-se em particular no discurso museológico de Etnografia e dentro desta da Arte Popular e Rural. O estudo «tenta reflectir a componente ideológica que o Estado transportou para a criação deste tipo de museus».

Ana Catarina Capelo Loureiro – *Júlio Augusto Henriques: Pioneiro nas ideias evolucionistas em Portugal.*

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra «Trabalho que pretende conhecer o processo de introdução das ideias evolucionistas em Portugal», cuja responsabilidade atribui a Júlio Henriques e ao papel da Universidade de Coimbra. E também ao progresso científico das ideias científicas em Portugal. É um estudo que se realiza:

- a) Numa retrospectiva da história das teorias biológicas na Europa;
- b) No estudo das Ciências Biológicas no curso de Filosofia da Universidade de Coimbra, na década posterior à publicação de *A Origem das Espécies*.
- c) Sobre os agentes da divulgação das ideias evolucionistas de Darwin e a originalidade da obra de J. Henriques.
- d) Sobre os debates na Ciência e Literatura Portuguesa em finais do século XIX em torno das ideias evolucionistas.
- e) Sobre a adopção da doutrina.

Sublinharia deste trabalho o estudo de introdução, debate e divulgação da ciência nas revistas especializadas e fóruns científicos e académicos, mas também o relevo do papel da obra romanesca de Júlio Dinis, na divulgação das doutrinas evolucionistas em Portugal.

Paulo Jorge Monteiro Henriques da Silva Dias – *Real Panteão dos Braganças, arte e memória*, Antília Editora, 2006.

Génese na Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 2007. Alargado para edição. É um extenso e larga-

mente documentado trabalho, mas que escapa na sua grande parte ao período cronológico do Prémio. Por aí perpassam as vicissitudes da construção dos Panteões Nacionais – de Santa Cruz de Coimbra (de D. Afonso Henriques a D. João II); de Santa Maria de Belém (de D. Manuel I a D. João III); de S. Vicente de Fora (Filipes e panteão da Casa de Bragança).

Ricardo Fernando Fontes Jesus Serrado – *O Futebol como veículo de propaganda do Estado Novo (?)*

Trabalho curricular do Curso de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Objectivos da introdução: «perceber se o futebol foi ou não, veículo de propaganda, no Estado Novo, das suas ideologias e se foi de facto, aproveitado para enaltecer “a raça portuguesa” para cultivar o culto do chefe. A partir da abordagem de alguns factos relevantes:

- a) A inauguração dos grandes estádios (Estádio Nacional, 1944, mas também Estádio Municipal de Braga – Estádio 28 de Maio, 1950; e também outros estádios: Antas 1952; Alvalade 1956; Luz 1956.
- b) Os resultados das equipas portuguesas, sobretudo do Benfica, campeão europeu em 1961 e 1962. 3.º lugar da Selecção Nacional, no Mundial de 1966.

O autor concluiu pelo crescimento e importância social deste desporto e fenómeno de massas. Mas que nem o futebol, nem a construção e inauguração dos Estádios, foram fenómenos particularmente usados pela propaganda do Estado Novo, como apressadamente se tem escrito:

- a) O futebol foi fenómeno algo ignorado pelo Salazarismo;
- b) A construção dos estádios serviu para afirmar sobretudo a capacidade edificadora do Estado Novo.

Em conclusão

Mais uma vez podemos seguir por estes trabalhos o alargamento dos campos da Historiografia Contemporânea, que estende a visão e crítica histórica a campos de estudo inimagináveis há poucos anos. Como referi no início, este alargamento das temáticas aprofunda o nosso olhar crítico sobre fenómenos contemporâneos. E por eles se alarga também o campo de visão à história do passado. É pois essencial à vida cívica e política mas também ao conhecimento crítico e abrangente à História Presente e do Passado.

Felicitemos todos os concorrentes ao Prémio, de um modo especial os premiados desta edição. Que os prémios sejam um estímulo a continuarem.

Certamente o Prof. Lúcio Craveiro gostaria de ler o contributo da obra vencedora e a sua apresentação. Ele que no final de contas é um dos refundadores da Companhia e dos Jesuítas em Portugal na fase pós Republicana que também teve de percorrer os caminhos de exílio da Companhia para se iniciar nos seus estudos e no seu ideal.